

# FAKE NEWS, REDES SOCIAIS E RESPONSABILIDADE CIVIL: OS LIMITES DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

## Autor(res)

Flaviane Da Silva Queiroz  
Vanice Borges Luz  
Luciana Calado Pena  
Cintia Batista Pereira  
Stace Liz Carneiro

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

## Introdução

O crescimento exponencial das redes sociais trouxe consigo um fenômeno alarmante: a proliferação de fake news, que afeta não apenas o debate público, mas também a honra, a imagem e a dignidade das pessoas. A desinformação digital ultrapassa a mera liberdade de expressão, ao causar danos morais e patrimoniais que exigem reparação civil. O art. 5º, X, da Constituição Federal assegura o direito à indenização por dano material ou moral decorrente da violação à honra e à imagem. Já o Código Civil, em seu art. 927, impõe o dever de reparar o dano, sendo necessário compatibilizar os princípios da liberdade com o dever de responsabilidade.

## Objetivo

Investigar os limites entre a liberdade de expressão e a responsabilidade civil nas publicações de fake news em redes sociais.

## Material e Métodos

Utilizou-se a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados dispositivos da Constituição Federal, do Código Civil, bem como decisões recentes dos tribunais superiores, principalmente no que tange à responsabilidade civil por conteúdos falsos divulgados em mídias digitais. A doutrina de autores como Maria Helena Diniz e jurisprudências do STJ também foram consultadas, destacando a relação entre dano moral e ofensa virtual.

## Resultados e Discussão

A disseminação de fake news pode configurar ato ilícito, gerando a obrigação de indenizar. O art. 186 do Código Civil define como ilícito todo ato que causar dano a outrem, por ação ou omissão voluntária. Redes sociais e seus usuários respondem solidariamente quando há descumprimento do dever de cuidado e veracidade. Tribunais vêm reconhecendo a responsabilidade por danos morais mesmo na ausência de intenção de ofender, com base na

ANAIS DO  
V ENCONTRO DE  
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera  
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –  
SÉRIE ESPECIAL:  
O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

repercussão negativa causada pelas informações falsas, especialmente quando viralizadas.

### **Conclusão**

A responsabilidade civil nas redes sociais deve garantir a reparação dos danos causados por fake news, sem que isso se transforme em censura. O equilíbrio entre expressão e respeito aos direitos da personalidade é essencial na era digital.

### **Referências**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.  
BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.  
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2022.  
STJ. Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência sobre danos morais em redes sociais, 2023.  
REIS, Amanda. Fake News e Responsabilidade Civil na Internet. Belo Horizonte: Del Rey, 2023.